

No. 38004

**Brazil
and
Colombia**

Agreement on judicial cooperation and mutual assistance in penal matters between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Colombia. Cartagena, 7 November 1997

Entry into force: *29 June 2001 by the exchange of instruments of ratification, in accordance with article 23*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 2 January 2002*

**Brésil
et
Colombie**

Accord de coopération judiciaire et d'assistance mutuelle en matière pénale entre la République fédérative du Brésil et la République de Colombie. Cartbagène, 7 novembre 1997

Entrée en vigueur : *29 juin 2001 par échange des instruments de ratification, conformément à l'article 23*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 2 janvier 2002*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]
ACORDO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E ASSISTÊNCIA MÚTUA
EM MATÉRIA PENAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia
(doravante denominados “Partes”);

Considerando os laços de amizade e cooperação que os unem como países vizinhos;

Estimando que a luta contra a delinquência exige atuação conjunta dos diversos países;

Reconhecendo que a luta contra a delinquência é uma responsabilidade compartilhada da comunidade internacional;

Conscientes de que é necessário o fortalecimento dos mecanismos de cooperação judiciária e assistência mútua, para evitar o incremento das atividades delituosas;

Desejosos de incrementar ações conjuntas de prevenção, controle e repressão ao delito em todas as suas manifestações, por meio da coordenação de ações e execução de programas concretos;

Observando as normas constitucionais, legais e administrativas de seus Estados, assim como o respeito aos princípios do Direito Internacional, em especial da soberania, a integridade territorial e a não-intervenção, e tomando em consideração as recomendações das Nações Unidas sobre a matéria;

Acordam o seguinte:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO I
Âmbito de Aplicação

1. O presente Acordo tem por finalidade a assistência judiciária mútua em assuntos penais entre as autoridades competentes das Partes.
2. As Partes prestar-se-ão assistência mútua, conforme as disposições do presente Acordo e em estrito cumprimento de seus respectivos ordenamentos jurídicos, para a investigação de delitos e a cooperação em processos relacionados a matéria penal.
3. O presente Acordo não faculta às autoridades ou a particulares da Parte Requerente a realização, no território da Parte Requerida, de funções que, segundo as leis internas, estejam reservadas às suas autoridades, salvo no caso previsto no artigo 13, parágrafo 3.
4. Este Acordo não se aplicará a:
 - a) detenção de pessoas com o fim de que sejam extraditadas nem aos pedidos de extradição;
 - b) traslado de pessoas condenadas com o objetivo de que cumpram sentença penal;
 - c) assistência a particulares ou a terceiros Estados.

ARTIGO II
Alcance da Assistência

A assistência compreenderá:

- a) notificação de atos processuais;
- b) recepção e produção ou prática de provas, tais como testemunhos e declarações, perícia e inspeção de pessoas, bens e lugares;
- c) localização e identificação de pessoas;

- d) notificação de pessoas e peritos para comparecer voluntariamente a fim de prestar declaração ou testemunho no território da Parte Requerente;
- e) traslado de pessoas detidas para efeito de comparecimento como testemunho no território da Parte Requerente ou com outros propósitos expressamente indicados no pedido, conforme o presente Acordo;
- f) medidas cautelares sobre bens;
- g) cumprimento de outros pedidos relativos a bens, inclusive a eventual transferência definitiva do valor dos bens confiscados ;
- h) entrega de documentos e de outros objetos de prova;
- i) embargo e seqüestro de bens para efeitos de pagamento de indenizações e multas impostas por sentença penal;
- j) qualquer outra forma de assistência de acordo com os fins deste Acordo sempre que não for incompatível com as leis do Estado Requerido

ARTIGO III

Autoridades Centrais

1. Cada uma das Partes designará uma Autoridade Central encarregada de apresentar e receber os pedidos que constituem o objeto do presente Acordo.
2. Para tal fim, as Autoridades Centrais comunicar-se-ão diretamente e enviarão os pedidos a suas autoridades competentes.
3. A Autoridade Central para a República Federativa do Brasil é o Ministério da Justiça. Com relação aos pedidos de assistência enviados à Colômbia, a Autoridade Central será a "Fiscalía General de la Nación"; com relação aos pedidos de assistência judiciária feitos pela Colômbia, a Autoridade Central será a "Fiscalía General de la Nación" ou o Ministério da Justiça e do Direito.

ARTIGO IV

Autoridades Competentes para o Pedido de Assistência

Os pedidos transmitidos por uma Autoridade Central de acordo com o presente Acordo basear-se-ão em pedidos de assistência de autoridades competentes da Parte Requerente encarregadas do julgamento ou da investigação de delitos.

ARTIGO V
Denegação de Assistência

1. A Parte Requerida poderá denegar a assistência quando:
 - a) o pedido referir-se a um delito tipificado como tal na legislação militar, mas não na legislação penal ordinária;
 - b) o pedido referir-se a um delito que na Parte Requerida seja de caráter político ou conexo e realizado com fins políticos;
 - c) a pessoa com relação à qual se solicita a medida haja sido absolvida ou haja cumprido pena na Parte Requerida pelo delito mencionado no pedido. Este dispositivo não poderá, no entanto, ser invocado para negar assistência em relação a outras pessoas;
 - d) o cumprimento do pedido seja contrário à segurança, à ordem pública ou a outros interesses essenciais da Parte Requerida;
 - e) o pedido de assistência seja contrário ao ordenamento jurídico da Parte Requerida ou não se ajuste aos dispositivos deste Acordo.
2. Se a Parte Requerida denegar assistência, deverá, por intermédio de sua Autoridade Central, informar esse fato à Parte Requerida, aduzindo as razões da denegação, sem prejuízo do disposto no Artigo 12, alínea “b”.
3. A Autoridade Competente da Parte Requerida poderá denegar, condicionar ou diferir o cumprimento do pedido, quando considerar que constitui obstáculo a um processo penal em curso no seu território. Sobre essas condições a Parte Requerida consultará a Parte Requerente por intermédio das Autoridades Centrais. Se a Parte Requerente aceita a assistência condicionada, o pedido será atendido de acordo com as condições apresentadas.

CAPÍTULO 2
ATENDIMENTO AOS PEDIDOS

ARTIGO VI
Forma e Conteúdo do Pedido

1. O pedido de assistência deverá ser formulado por escrito.
2. Se o pedido for enviado por telex, fax, correio eletrônico ou outro meio equivalente, deverá ser confirmado por documento original assinado pela Parte Requerente dentro dos 30 dias seguintes à sua formulação, conforme o estabelecido neste Acordo.

3. O pedido deverá conter as seguintes indicações:
 - a) identificação da Autoridade Competente da Parte Requerente;
 - b) descrição do assunto e da natureza do processo judicial, incluindo os delitos a que se refere;
 - c) descrição das medidas de assistência solicitadas;
 - d) motivos pelos quais se solicitam as medidas;
 - e) texto da legislação aplicável;
 - f) identidade das pessoas sujeitas ao procedimento judicial, quando conhecidas;
 - g) prazo dentro do qual a Parte Requerente deseja que o pedido seja cumprido.

4. Quando for necessário, e na medida do possível, o pedido deverá também incluir:
 - a) informação sobre a identidade e o domicílio das pessoas cujo testemunho se deseja obter;
 - b) identidade e domicílio das pessoas a serem notificadas e sua relação com o processo;
 - c) informação sobre a identidade e o paradeiro das pessoas a serem localizadas;
 - d) descrição exata do lugar a ser inspecionado e a identificação da pessoa a ser submetida a exame, assim como os bens objeto de uma medida cautelar ou sujeitos a confisco;
 - e) texto do interrogatório a ser formulado para a obtenção da prova testemunhal na Parte Requerida, assim como a descrição da forma como deverá ser obtido e registrado qualquer testemunho ou declaração;
 - f) descrição da forma e dos procedimentos, pelos quais o pedido deverá ser cumprido, se assim for solicitado;
 - g) informação sobre o pagamento do montante que se atribuirá à pessoa cuja presença se solicita no território da Parte Requerida;

h) quando necessária e apropriada, a indicação das autoridades da Parte Requerente que participarão no processo que se desenvolve no território da Parte Requerida;

i) qualquer outra informação que possa ser de utilidade à Parte Requerida para facilitar o cumprimento do pedido.

5. Os pedidos deverão ser encaminhados no idioma da Parte Requerente, acompanhados da tradução no idioma da Parte Requerida.

ARTIGO VII

Lei Aplicável

1. O atendimento dos pedidos realizar-se-á segundo a lei da Parte Requerida e de acordo com os dispositivos do presente Acordo.

2. A pedido da Parte Requerente, a Parte Requerida prestará a assistência de acordo com as formas e procedimentos especiais indicados no pedido, a menos que sejam incompatíveis com sua legislação interna.

ARTIGO VIII

Confidencialidade e Limitações ao Uso da Informação

1. A Parte Requerida manterá sob sigilo o pedido de assistência judiciária, exceto quando sua quebra for necessária para atender ao referido pedido.

2. Se, para o atendimento do pedido for necessário quebrar o sigilo, a Parte Requerida solicitará a aprovação à Parte Requerente, mediante comunicação escrita, sem a qual não se atenderá ao pedido.

3. A Autoridade Competente do Estado Requerido poderá solicitar que a informação ou prova obtida em virtude do presente Acordo tenha caráter confidencial, sob as condições que especificará. Nesse caso, a Parte Requerente respeitará tais condições. Se não puder aceitá-las, notificará à Parte Requerida, que decidirá sobre o pedido de cooperação.

4. Somente com autorização prévia da Parte Requerida, a Parte Requerente poderá empregar a informação ou a prova obtida em virtude do presente Acordo na investigação ou procedimento indicado no pedido.

ARTIGO IX

Informação sobre o Andamento do Pedido

1. A pedido da Autoridade Central da Parte Requerente, a Autoridade Central da Parte Requerida informará, em prazo razoável, sobre o andamento do pedido.
2. A Autoridade Central da Parte Requerida informará com presteza sobre o resultado do cumprimento do pedido e remeterá toda a informação e as provas obtidas à Autoridade Central da Parte Requerente.
3. Quando não for possível cumprir o pedido, no todo ou em parte, a Autoridade Central da Parte Requerida comunicará esse fato imediatamente à Autoridade Central da Parte Requerente e informará as razões pelas quais não foi possível seu cumprimento.
4. As informações serão redigidas no idioma da Parte Requerida.

ARTIGO X

Despesas

A Parte Requerida encarregar-se-á dos gastos de diligenciamento do pedido. A Parte Requerente pagará as custas e honorários correspondentes aos peritos, traduções, transcrições, gastos extraordinários pelo emprego de formas ou procedimentos especiais e pelos gastos de viagem das pessoas indicadas nos artigos 14 e 15.

CAPÍTULO 3

FORMAS DE ASSISTÊNCIA

ARTIGO XI

Notificações

1. A Autoridade Central da Parte Requerente deverá transmitir o pedido de notificação para que uma pessoa compareça diante da Autoridade Competente da Parte Requerente com razoável antecedência à data prevista para o comparecimento mencionado.

2. Se a notificação não ocorrer, deverá informar, por intermédio das Autoridades Centrais, à Autoridade Competente da Parte Requerente, as razões pelas quais não se pôde cumpri-la.

ARTIGO XII

Entrega e Devolução de Documentos Oficiais

1. Por solicitação da Autoridade Competente da Parte Requerente, a Autoridade Competente da Parte Requerida, por intermédio das Autoridades Centrais:

- a) fornecerá cópia de documentos oficiais, registros e informações acessíveis ao público;
- b) poderá fornecer cópias de documentos e informações às quais o público não tenha acesso, nas mesmas condições nas quais esses documentos se colocariam à disposição de suas próprias autoridades. Se assistência prevista nesta alínea for denegada, a Autoridade Competente da Parte Requerida não estará obrigada a declarar os motivos de denegação.

2. Os documentos ou objetos que tiverem sido enviados em cumprimento de um pedido de assistência judiciária deverão ser devolvidos pela Autoridade Competente da Parte Requerente, quando a Parte Requerida solicitar.

ARTIGO XIII

Assistência na Parte Requerida

1. Toda pessoa que se encontrar no território da Parte Requerida e a quem seja solicitada prestar testemunho, apresentar documentos, antecedentes ou elementos de prova em virtude do presente Acordo, deverá comparecer, de acordo com a legislação da Parte Requerida, diante da Autoridade Competente.

2. A Parte Requerida informará com razoável antecedência, o lugar e a data em que receber a declaração da testemunha ou os documentos mencionados, antecedentes ou elementos de prova. Quando for necessário, as Autoridades Competentes se consultarão, por intermédio das Autoridades Centrais, para fixar uma data conveniente para as Autoridades Competentes das Partes Requerente e Requerida.

3. A Parte Requerida autorizará, sob seu comando, a presença das autoridades indicadas no pedido durante o cumprimento de diligências de cooperação e permitirá formular as perguntas se assim o admitir sua legislação. A audiência ocorrerá de acordo com os procedimentos estabelecidos pela legislação da Parte Requerida.

4. Se a pessoa referida no parágrafo 1 alega imunidade, privilégio ou incapacidade segundo a legislação da Parte Requerida, a Autoridade Competente da Parte Requerida resolverá sobre essa alegação e comunicará à Parte Requerida por meio da Autoridade Central.

5. Os documentos, antecedentes e elementos de prova entregues pelos declarantes ou obtidos como resultado de declaração ou apresentados naquele momento serão enviados à Parte Requerente junto com a declaração.

ARTIGO XIV

Assistência na Parte Requerente

1. Quando a Parte Requerente solicitar a presença de uma pessoa em seu território para prestar testemunho, ou oferecer informação ou declaração, a Parte Requerida convidará o declarante ou o perito para se apresentar diante da Autoridade Competente da Parte Requerente.

2. A Autoridade Competente da Parte Requerida registrará por escrito o consentimento de uma pessoa cuja presença seja solicitada pela Parte Requerente, e informará de imediato à Autoridade Central da Parte Requerente sobre a resposta.

3. Ao solicitar o comparecimento, a Autoridade Central da Parte Requerente indicará os custos de traslado e de estada a seu cargo.

ARTIGO XV

Comparecimento de Pessoas Detidas

1. Se a Parte Requerente solicitar a presença de uma pessoa que se encontre detida no território da Parte Requerida, esta trasladará a pessoa detida ao território da Parte Requerente, após certificar-se de que não há razões sérias que impeçam o traslado e que a pessoa detida expresse seu consentimento.

2. Não se admitirá traslado quando, conforme as circunstâncias do caso, a Autoridade Competente da Parte Requerida o considere inconveniente, especificamente quando:

a) a presença da pessoa detida seja necessária em um processo penal em andamento no território da Parte Requerida;

b) o traslado possa implicar prolongamento da prisão preventiva.

3. A Parte Requerente manterá sob custódia a pessoa trasladada e a entregará à Parte Requerida dentro do período por esta fixado.

4. O tempo em que a pessoa estiver fora do território da Parte Requerida será computado para efeitos de prisão preventiva ou de cumprimento de pena.

5. Quando a pena imposta à pessoa trasladada, nos limites deste artigo, expirar, e ela se encontrar no território da Parte Requerente, deverá ser posta em liberdade, passando, a partir daí, a gozar da condição de pessoa não detida para os efeitos do presente Acordo.

6. A pessoa detida que não dê seu consentimento para prestar declarações nos termos deste Artigo, não estará sujeita, por essa razão, a qualquer sanção nem será submetida a nenhuma medida coarctatória.

7. Quando uma Parte solicitar à outra, de acordo com o presente Acordo, o traslado de uma pessoa de sua nacionalidade e sua Constituição impeça a entrega a qualquer título de seus nacionais, deverá informar o conteúdo dessas disposições à outra Parte, que decidirá sobre a conveniência da solicitação.

ARTIGO XVI

Garantia Temporária

1. O comparecimento de uma pessoa que consinta em fazer alguma declaração ou prestar testemunho, segundo o disposto nos artigos 14 e 15, estará condicionada a que a Parte Requerente conceda uma garantia temporária pela qual esta não poderá, enquanto a pessoa se encontrar em seu território:

a) detê-la ou julgá-la por delitos anteriores a sua saída do território da Parte Requerida;

b) citá-la a comparecer ou a dar testemunho em processo diferente do especificado na solicitação.

2. A garantia temporária cessará quando a pessoa prolongar voluntariamente sua estada no território da Parte Requerente por mais de 10 (dez) dias, a partir do momento em que sua presença não seja necessária nesse Estado, de acordo com o que foi comunicado à Parte Requerida.

ARTIGO XVII

Medidas Cautelares

1. A Autoridade Competente da Parte Requerida encaminhará o pedido de cooperação sobre uma medida cautelar, se contiver informação suficiente para justificar a procedência da medida solicitada. Essa medida submeter-se-á à lei processual e substantiva do Estado Requerido.

2. Quando uma Parte tenha conhecimento da existência de instrumentos, do objeto ou dos frutos do delito, no território da outra, que possam ser sujeitos a medidas cautelares, segundo a legislação dessa Parte, informará à Autoridade Central daquele Estado. Esta enviará a informação recebida às Autoridades Competentes para determinar a adoção das medidas cabíveis. Tais autoridades agirão de acordo com leis de seu país e comunicarão à outra Parte, por intermédio das Autoridades Centrais, as medidas adotadas.

3. A Parte Requerida decidirá, segundo sua legislação, qualquer pedido relativo à proteção dos direitos de terceiros em relação a objetos que sejam matéria das medidas previstas nos parágrafos anteriores.

4. Um pedido formulado em virtude deste artigo deverá incluir:

a) cópia da decisão sobre uma medida cautelar;

b) resumo dos fatos do caso, inclusive a descrição do delito, onde e quando foi cometido e uma referência às disposições legais pertinentes;

c) se for o caso, descrição dos bens a respeito dos quais se pretende efetuar a medida, seu valor comercial, e a relação deles com a pessoa contra quem se iniciou;

d) estimativa dos valores que se dá à medida cautelar e fundamentos do respectivo cálculo.

5. As Autoridades Competentes de cada uma das Partes informarão com presteza sobre a interposição de qualquer recurso ou de uma decisão adotada a respeito da medida cautelar solicitada ou concedida.

6. A Autoridade Competente da Parte Requerida poderá impor um prazo que limite a duração da medida solicitada, que será notificada com presteza à Autoridade Competente da Parte Requerente, com indicação dos motivos dessa decisão.

ARTIGO XVIII

Outras Medidas de Cooperação

1. As Partes, de acordo com sua legislação interna, poderão prestar-se cooperação para o cumprimento das medidas definitivas sobre os bens vinculados a um delito cometido em qualquer das Partes.

2. As Partes poderão negociar Acordos sobre essa matéria.

ARTIGO XIX

Custódia e Disposição de Bens

A Parte que tenha sob sua custódia os instrumentos, o objeto e os frutos do delito, deles disporá de acordo com o estabelecido em sua legislação interna. Na medida que seja permitido por sua legislação e nos termos que se considerem adequados, tal Parte poderá dividir com a outra os bens confiscados ou o produto de sua venda.

ARTIGO XX

Responsabilidade

1. A responsabilidade por danos que possam derivar dos atos de suas autoridades no cumprimento deste Acordo serão regidos pela legislação interna de cada Parte.
2. Nenhuma das Partes será responsável por danos que possam resultar de atos de autoridades da outra Parte, na formulação ou atendimento a um pedido, de conformidade com este Acordo.

ARTIGO XXI

Autenticação de Documentos e Certificados

Os documentos provenientes de uma das Partes que devam ser apresentados no território da outra e que tramitem por intermédio das Autoridades Centrais, não necessitam autenticação ou qualquer outra formalidade semelhante.

ARTIGO XXII

Solução de Controvérsias

1. Qualquer controvérsia que surja de um pedido será resolvida por consulta entre as Autoridades Centrais.
2. Qualquer controvérsia que surja entre as Partes relacionadas com a interpretação ou a aplicação deste Acordo será resolvida por consulta entre as Partes por via diplomática.

CAPÍTULO 4
DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO XXIII

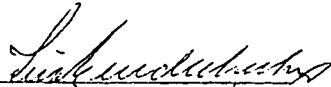
Compatibilidade com Outros Tratados, Acordos
ou Outras Formas de Cooperação

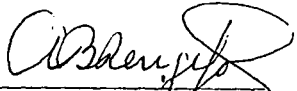
1. A assistência estabelecida no presente Acordo não impedirá que cada uma das Partes preste assistência à outra com base em outros instrumentos internacionais vigentes entre elas.
2. Este Acordo não impedirá às Partes a possibilidade de desenvolver outras formas de cooperação de acordo com seus respectivos ordenamentos jurídicos.

O presente Acordo entrará em vigor a partir da data em que as Partes realizem a troca dos instrumentos de ratificação.

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes a qualquer momento, por meio de Nota diplomática, a qual surtirá efeitos 6 (seis) meses após a data de recebimento pela outra Parte. A denúncia não afetará as solicitações de assistência em curso.

Feito em Cartagena de Índias, aos 07 dias do mês de novembro de 1997, e dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Iris Rezende
Ministro da Justiça


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA COLÔMBIA
Albeatriz Rengifo Lopez
Ministro da Justiça

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO DE COOPERACION JUDICIAL Y ASISTENCIA MUTUA EN
MATERIA PENAL ENTRE LA REPUBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y
REPUBLICA DE COLOMBIA**

La República Federativa de Brasil y la República de Colombia, en adelante las Partes;

CONSIDERANDO los lazos de amistad y cooperación que nos unen como países vecinos;

ESTIMANDO que la lucha contra la delincuencia, requiere de la actuación conjunta de los Estados;

RECONOCIENDO que la lucha contra la delincuencia es una responsabilidad compartida de la comunidad internacional;

CONSCIENTES que es necesario el fortalecimiento de los mecanismos de cooperación judicial y asistencia mutua, para evitar el incremento de las actividades delictivas;

DESEOSOS de adelantar acciones conjuntas de prevención, control y represión del delito en todas sus manifestaciones, por medio de la coordinación de acciones y ejecución de programas concretos;

EN OBSERVANCIA de las normas constitucionales, legales y administrativas de sus Estados, así como el respeto a los principios de Derecho Internacional, en especial de soberanía, integridad territorial y no intervención y tomando en consideración las recomendaciones de las Naciones Unidas sobre la materia;

Acuerdan lo siguiente:

**CAPITULO I
DISPOSICIONES GENERALES**

**ARTICULO 1
AMBITO DE APLICACION**

1. El presente Acuerdo tiene por finalidad la asistencia jurídica mutua en asuntos penales entre las autoridades competentes de las Partes.

2. Las Partes se prestarán asistencia mutua, de conformidad con las disposiciones del presente Acuerdo y en estricto cumplimiento de sus respectivos ordenamientos jurídicos, para la investigación de delitos y la cooperación en procedimientos relacionados con asuntos penales.

3. El presente Acuerdo no faculta a las autoridades o a los particulares de la Parte Requirente a realizar en territorio de la Parte Requerida funciones que, según las leyes internas, estén reservadas a sus autoridades, salvo en el caso previsto en el artículo 13, numeral 3.

4. Este Acuerdo no se aplicará a :

- a) La detención de personas con el fin de que sean extraditadas ni a las solicitudes de extradición;
- b) El traslado de personas condenadas con el objeto de que cumplan sentencia penal;
- c) La asistencia a particulares o a terceros Estados.

ARTICULO 2 ALCANCE DE LA ASISTENCIA

La asistencia comprenderá:

- a) Notificación de actos procesales;
- b) Recepción y producción o práctica de pruebas, tales como testimonios y declaraciones, peritazgos e inspecciones de personas, bienes y lugares;
- c) Localización e identificación de personas;
- d) Notificación de personas y peritos para comparecer voluntariamente a fin de prestar declaración o testimonio en la Parte Requirente;
- e) Traslado de personas detenidas a efectos de comparecer como testigos en la Parte Requirente o con otros propósitos expresamente indicados en la solicitud, de conformidad con el presente Acuerdo;
- f) Medidas cautelares sobre bienes;
- g) Cumplimiento de otras solicitudes respecto de bienes, incluyendo la eventual transferencia del valor de los bienes decomisados de manera definitiva;

- h) Entrega de documentos y otros objetos de prueba;
- i) Embargo y secuestro de bienes para efectos de cumplimiento de indemnizaciones y multas impuestas por sentencia judicial de carácter penal;
- j) Cualquier otra forma de asistencia de conformidad con los fines de este Acuerdo siempre y cuando no sea incompatible con las leyes del Estado Requerido.

ARTICULO 3 AUTORIDADES CENTRALES

1. Cada una de las Partes designará una Autoridad Central encargada de presentar y recibir las solicitudes que constituyen el objeto del presente Acuerdo.
2. A este fin las Autoridades Centrales se comunicarán directamente entre ellas y remitirán las solicitudes a sus Autoridades Competentes.
3. La Autoridad Central para la República Federativa de Brasil es el Ministerio de Justicia. Con relación a las solicitudes de asistencia enviadas a Colombia, la Autoridad Central será la Fiscalía General de la Nación; con relación a las solicitudes de asistencia judicial hechas por Colombia la Autoridad Central será la Fiscalía General de la Nación o el Ministerio de Justicia y del Derecho.

ARTICULO 4 AUTORIDADES COMPETENTES PARA LA SOLICITUD DE ASISTENCIA

Las solicitudes transmitidas por una Autoridad Central de conformidad con el presente Acuerdo se basarán en requerimientos de asistencia de Autoridades Competentes de la Parte Requerente encargadas del juzgamiento o de la investigación de delitos.

ARTICULO 5 DENEGACION DE ASISTENCIA

1. La Parte Requerida podrá denegar la asistencia cuando:
 - a) La solicitud se refiera a un delito tipificado como tal en la legislación militar más no en la legislación penal ordinaria;

b) La solicitud se refiere a un delito que en la Parte Requerida sea de carácter político o conexo con éste y realizado con fines políticos;

c) La persona en relación con la cual se solicita la medida haya sido absuelta o haya cumplido su condena en la Parte Requerida por el delito mencionado en la solicitud. Con todo, esta disposición no podrá ser invocada para negar la asistencia en relación con otras personas;

d) El cumplimiento de la solicitud sea contrario a la seguridad; al orden público o a otros intereses esenciales de la Parte Requerida;

e) La solicitud de asistencia sea contraria al ordenamiento jurídico de la Parte Requerida o no se ajuste a las disposiciones de este Acuerdo.

2. Si la Parte Requerida deniega la asistencia, deberá informarlo a la Parte Requirente por intermedio de su Autoridad Central, y las razones en que se funda, sin perjuicio de lo dispuesto en el artículo 12 literal b.

3. La Autoridad Competente de la Parte Requerida podrá denegar, condicionar o diferir el cumplimiento de la solicitud, cuando se considere que obstaculiza un procedimiento penal en curso en su territorio.

Sobre esas condiciones la Parte Requerida consultará a la Parte Requirente por intermedio de las Autoridades Centrales. Si la Parte Requirente acepta la asistencia condicionada, la solicitud será cumplida de conformidad con la manera propuesta.

CAPITULO II CUMPLIMIENTO DE LAS SOLICITUDES

ARTICULO 6 FORMA Y CONTENIDO DE LA SOLICITUD

1. La solicitud de asistencia deberá formularse por escrito.

2. Si la solicitud fuere enviada por télex, facsímil, correo electrónico u otro medio equivalente, deberá ser confirmada por documento original firmado por la Parte Requirente dentro de los 30 días siguientes a su formulación, de acuerdo con lo establecido en éste.

3. La solicitud deberá contener las siguientes indicaciones:

a) Identificación de la Autoridad Competente de la Parte Requirente;

b) Descripción del asunto y la naturaleza del procedimiento judicial, incluyendo los delitos a los que se refiere;

- c) Descripción de las medidas de asistencia solicitadas;
 - d) Motivos por los cuales se solicitan las medidas;
 - e) Texto de la legislación aplicable;
 - f) Identidad de las personas sujetas a procedimiento judicial, cuando sean conocidas;
 - g) Plazo dentro del cual la Parte Requirente desea que la solicitud sea cumplida.
4. Cuando sea necesario, y en la medida de lo posible, la solicitud deberá también incluir:
- a) Información sobre la identidad y el domicilio de las personas cuyo testimonio se desea obtener;
 - b) Identidad y domicilio de las personas a ser notificadas y su relación con el proceso;
 - c) Información sobre la identidad y paradero de las personas a ser localizadas;
 - d) Descripción exacta del lugar a inspeccionar y la identificación de la persona sometida a examen, así como los bienes objeto de una medida cautelar o decomiso;
 - e) Texto del interrogatorio a ser formulado para la recepción de la prueba testimonial en la Parte Requerida, así como la descripción de la forma como deberá recepcionarse y registrarse cualquier testimonio o declaración;
 - f) Descripción de la forma y procedimientos especiales en que se deberá cumplir la solicitud, si así fueren requeridos;
 - g) Información sobre el pago de los gastos que se asignarán a la persona cuya presencia se solicite a la Parte Requerida;
 - h) Cuando fuere necesario y procedente, la indicación de las autoridades de la Parte Requirente que participarán en el proceso que se desarrolla en la Parte Requerida;
 - i) Cualquier otra información que pueda ser de utilidad a la Parte Requerida para facilitar el cumplimiento de la solicitud.
5. Las solicitudes deberán ser dirigidas en el idioma de la Parte Requirente y serán acompañadas de una traducción en el idioma de la Parte Requerida.

**ARTICULO 7
LEY APLICABLE**

1. El cumplimiento de las solicitudes se realizará según la ley de la Parte Requerida y de conformidad con las disposiciones del presente Acuerdo.
2. A petición de la Parte Requirente, la Parte Requerida cumplirá la asistencia de acuerdo con las formas y procedimientos especiales indicados en la solicitud, a menos que sean incompatibles con su legislación interna.

**ARTICULO 8
CONFIDENCIALIDAD Y LIMITACIONES EN EL EMPLEO DE LA
INFORMACION**

1. La Parte Requerida mantendrá bajo reserva la solicitud de asistencia judicial, salvo que su levantamiento sea necesario para cumplir el requerimiento.
2. Si para el cumplimiento del requerimiento fuere necesario el levantamiento de la reserva, la Parte Requerida solicitará su aprobación a la Parte Requirente, mediante comunicación escrita, sin la cual no se cumplirá la solicitud.
3. La Autoridad Competente del Estado Requerido podrá solicitar que la información o la prueba obtenida en virtud del presente Acuerdo tenga carácter confidencial, de conformidad con las condiciones que especificará. En tal caso, la Parte Requirente respetará tales condiciones. Si no puede aceptarlas, notificará al Requerido, que decidirá sobre la solicitud de cooperación.
4. Salvo autorización previa de la Parte Requerida, la Parte Requirente solamente podrá emplear la información o la prueba obtenida en virtud del presente Acuerdo en la investigación o procedimiento indicado en la solicitud.

**ARTICULO 9
INFORMACION SOBRE EL TRAMITE DE LA SOLICITUD**

1. A solicitud de la Autoridad Central de la Parte Requirente, la Autoridad Central de la Parte Requerida informará en un plazo razonable sobre el trámite de la solicitud.

2. La Autoridad Central de la Parte Requerida informará con brevedad el resultado del cumplimiento de la solicitud y remitirá toda la información y las pruebas obtenidas a la Autoridad Central de la Parte Requirente.
3. Cuando no sea posible cumplir la solicitud, en todo o en parte, la Autoridad Central de la Parte Requerida lo hará saber inmediatamente a la Autoridad Central de la Parte Requirente e informará las razones por las cuales no fue posible su cumplimiento.
4. Los informes serán redactados en el idioma de la Parte Requerida.

ARTICULO 10 COSTOS

La Parte Requerida se encargará de los gastos de diligenciamiento de la solicitud. La Parte Requirente pagará los gastos y honorarios correspondientes a los peritos, traducciones y transcripciones, gastos extraordinarios producto del empleo de formas o procedimientos especiales y los gastos de viaje de las personas indicadas en los artículos 14 y 15.

CAPITULO III FORMAS DE ASISTENCIA

ARTICULO 11 NOTIFICACIONES

1. La Autoridad Central de la Parte Requirente deberá transmitir la solicitud de notificación para que comparezca una persona ante la Autoridad Competente de la Parte Requirente, con razonable antelación a la fecha prevista para esto.
2. Si la notificación no se realiza, deberá informar, por intermedio de las Autoridades Centrales, a la Autoridad Competente de la Parte Requirente las razones por las cuales no se pudo diligenciar.

ARTICULO 12
ENTREGA Y DEVOLUCION DE DOCUMENTOS OFICIALES

1. Por solicitud de la Autoridad Competente de la Parte Requirente, la Autoridad Competente de la Parte Requerida, por intermedio de las Autoridades Centrales:

a) Proporcionará copia de documentos oficiales, registros e informaciones accesibles al público;

b) Podrá proporcionar copias de documentos e informaciones a las que no tenga acceso el público, en las mismas condiciones en las cuales esos documentos se pondrían a disposición de sus propias autoridades. Si la asistencia prevista en este literal es denegada, la autoridad competente de la Parte Requerida no estará obligada a expresar los motivos de denegación.

2. Los documentos u objetos que hubieran sido enviados en cumplimiento de una solicitud de asistencia judicial, deberán ser devueltos por la Autoridad Competente de la Parte Requirente, cuando la Parte Requerida así lo solicite.

ARTICULO 13
ASISTENCIA EN LA PARTE REQUERIDA

1. Toda persona que se encuentre en el territorio de la Parte Requerida y a la que se le solicite rendir testimonio, presentar documentos, antecedentes o elementos de prueba en virtud de este Acuerdo, deberá comparecer de conformidad con la legislación de la Parte Requerida, ante la Autoridad Competente.

2. La Parte Requerida informará con suficiente antelación el lugar y la fecha en que se recibirá la declaración testimoniada o los documentos mencionados, antecedentes o elementos de prueba. Cuando sea necesario, las Autoridades Competentes se consultarán por intermedio de las Autoridades Centrales, para efectos de fijar una fecha conveniente para las Autoridades Competentes de la Parte Requirente y Requerida.

3. La Parte Requerida autorizará, bajo su dirección, la presencia de las autoridades indicadas en la solicitud durante el cumplimiento de diligencias de cooperación y permitirá formular preguntas si lo admite su legislación. La audiencia tendrá lugar según los procedimientos establecidos por la legislación de la Parte Requerida.

4. Si la persona referida en el numeral 1 alega inmunidad, privilegio o incapacidad según la legislación de la Parte Requerida, esto será resuelto por la Autoridad Competente de la Parte Requerida antes del cumplimiento de la solicitud, y se comunicará a la Parte Requirente por intermedio de la Autoridad Central.

5. Los documentos, antecedentes y elementos de prueba entregados por los declarantes u obtenidos como resultado de su declaración o con ocasión de la misma, serán enviados a la Parte Requirente junto con la declaración.

ARTICULO 14 ASISTENCIA EN LA PARTE REQUIRENTE

1. Cuando la Parte Requirente solicite la presencia de una persona en su territorio para rendir testimonio u ofrecer información o declaración, la Parte Requerida invitará al declarante o perito ante la Autoridad Competente de la Parte Requirente.

2. La Autoridad Competente de la Parte Requerida registrará por escrito el consentimiento de una persona cuya presencia es solicitada en la Parte Requirente e informará de inmediato a la Autoridad Central de la Parte Requirente sobre la respuesta.

3. Al solicitar que comparezca, la Autoridad Central de la Parte Requirente indicará los gastos de traslado y de estadía a su cargo.

ARTICULO 15 COMPARECENCIA DE PERSONAS DETENIDAS

1. Si la Parte Requirente solicita la comparecencia en su territorio de una persona que se encuentra detenida en el territorio de la Parte Requerida, ésta trasladará a la persona detenida al territorio de la Parte Requirente, después de asegurarse que no hay razones serias que impidan el traslado y que la persona detenida lo consienta.

2. El traslado no será admitido cuando, según las circunstancias del caso, la Autoridad Competente de la Parte Requerida considere inconveniente el traslado, específicamente cuando:

a) La presencia de la persona detenida sea necesaria en un proceso penal en curso en el territorio de la Parte Requerida;

b) El traslado pueda implicar la prolongación de la detención preventiva.

3. La Parte Requiriente mantendrá bajo custodia a la persona trasladada y la entregará a la Parte Requerida dentro del periodo fijado por ésta.

4. El tiempo en que la persona estuviera fuera del territorio de la Parte Requerida será computado para efectos de detención preventiva o cumplimiento de pena.

5. Cuando la pena impuesta a la persona trasladada, bajo los términos de este artículo expire y ella se encuentre en el territorio de la Parte Requiriente, deberá ser puesta en libertad pasando, a partir de entonces, a gozar de la condición de persona no detenida para los efectos del presente Acuerdo.

6. La persona detenida que no otorgue su consentimiento para prestar declaraciones en los términos de este artículo, no estará sujeta, por esta razón, a cualquier sanción ni será sometida a ninguna medida conminatoria.

7. Cuando una Parte solicite a la otra, de conformidad con el presente Acuerdo, el traslado de una persona de su nacionalidad y su Constitución impida la entrega a cualquier título de sus nacionales, deberá informar el contenido de dichas disposiciones a la otra Parte, que decidirá acerca de la conveniencia de lo solicitado.

ARTICULO 16 GARANTIA TEMPORAL

1. La comparecencia de una persona que consienta en declarar o dar testimonio, según lo dispuesto en los Artículos 14 y 15, estará condicionada a que la Parte Requiriente conceda una garantía temporal por la cual, ésta no podrá, mientras se encuentre la persona en su territorio:

a) Detener o juzgar a la persona por delitos anteriores a su salida del territorio de la Parte Requerida;

b) Citar a la persona a comparecer o a rendir testimonio en procedimiento diferente al especificado en la solicitud.

2. La garantía temporal cesará cuando la persona prolongue voluntariamente su estadía en el territorio de la Parte Requiriente por más de 10 días, a partir del momento en que su presencia no sea necesaria en ese Estado, de conformidad con lo comunicado a la Parte Requerida.

ARTICULO 17
MEDIDAS CAUTELARES

1. La Autoridad Competente de la Parte Requerida diligenciará la solicitud de cooperación sobre una medida cautelar, si ésta contiene información suficiente que justifique la procedencia de la medida solicitada. Dicha medida se someterá a la ley procesal y sustantiva del Estado Requerido.

2. Cuando una Parte tenga conocimiento de la existencia de instrumentos, del objeto o de los frutos del delito, en el territorio de la otra, que puedan ser objeto de medidas cautelares, según la legislación de esa Parte, informará a la Autoridad Central de dicho Estado. Esta remitirá la información recibida a sus Autoridades Competentes a efectos de determinar la adopción de las medidas que correspondan. Dichas Autoridades actuarán de conformidad con las leyes de su país, y comunicarán a la otra Parte, por intermedio de las Autoridades Centrales, las medidas adoptadas.

3. La Parte Requerida resolverá, según su ley, cualquier solicitud relativa a la protección de derechos de terceros sobre los objetos que sean materia de las medidas previstas en los numerales anteriores.

4. Un requerimiento efectuado en virtud de este Artículo deberá incluir:

a) Copia de la decisión sobre una medida cautelar;

b) Resumen de los hechos del caso, incluyendo una descripción del delito, dónde y cuándo se comitió y una referencia a las disposiciones legales pertinentes;

c) Si fuere posible, descripción de los bienes respecto de los cuales se pretende efectuar la medida y su valor comercial, y la relación de éstos con la persona contra la que se inició;

d) Estimación de la suma a la que se pretende aplicar la medida cautelar y de los fundamentos del cálculo de la misma.

5. Las Autoridades Competentes de cada una de las Partes informarán con prontitud sobre el ejercicio de cualquier recurso o de una decisión adoptada respecto de la medida cautelar solicitada o aplicada.

6. La Autoridad Competente de la Parte Requerida podrá imponer un término que limite la duración de la medida solicitada, la cual será notificada con prontitud a la Autoridad Competente de la Parte Requirente, explicando su motivación.

**ARTICULO 18
OTRAS MEDIDAS DE COOPERACION**

1. Las Partes, de conformidad con su legislación interna, podrán prestarse cooperación para el cumplimiento de medidas definitivas sobre bienes vinculados a un delito cometido en cualquiera de las Partes.
2. Las Partes podrán concertar Acuerdos sobre la materia.

**ARTICULO 19
CUSTODIA Y DISPOSICION DE BIENES**

La Parte que tenga bajo su custodia los instrumentos, el objeto o los frutos del delito, dispondrá de los mismos de conformidad con lo establecido en su ley interna. En la medida que lo permitan sus leyes y en los términos que se consideren adecuados, dicha Parte podrá repartir con la otra los bienes decomisados o el producto de su venta.

**ARTICULO 20
RESPONSABILIDAD**

1. La responsabilidad por daños que pudieran derivarse de los actos de sus autoridades en la ejecución de este Acuerdo, serán regidos por la legislación interna de cada Parte.
2. Ninguna de las Partes será responsable por los daños que puedan resultar de actos de las autoridades de la otra Parte, en la formulación o ejecución de una solicitud, de conformidad con este Acuerdo.

**ARTICULO 21
AUTENTICACION DE DOCUMENTOS Y CERTIFICADOS**

Los documentos provenientes de una de las Partes, que deban ser presentados en el territorio de la otra, que se tramiten por intermedio de las Autoridades Centrales, no requerirán de autenticación o cualquier otra formalidad análoga.

**ARTICULO 22
SOLUCION DE CONTROVERSIAS**

1. Cualquier controversia que surja de una solicitud será resuelta por consulta entre las Autoridades Centrales.
2. Cualquier controversia que surja entre las Partes relacionada con la interpretación o aplicación de este Acuerdo será resuelta por consulta entre las Partes por vía diplomática.

**CAPITULO IV
DISPOSICIONES FINALES**

**ARTICULO 23
COMPATIBILIDAD CON OTROS TRATADOS, ACUERDOS, U OTRAS
FORMAS DE COOPERACION**

1. La asistencia establecida en el presente Acuerdo no impedirá que cada una de las Partes preste asistencia a la otra al amparo de lo previsto en otros instrumentos internacionales vigentes entre ellas.
2. Este Acuerdo no impedirá a las Partes la posibilidad de desarrollar otras formas de cooperación de conformidad con sus respectivos ordenamientos jurídicos.

El presente Acuerdo entrará en vigor a partir de la fecha en que las Partes realicen el canje de los instrumentos de ratificación.

El presente Acuerdo podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes en cualquier momento, mediante Nota Diplomática, la cual surtirá efectos seis (6) meses después de la fecha de recepción por la otra Parte. La denuncia no afectará las solicitudes de asistencia en curso.

Suscrito en Cartagena de Indias a los siete días del mes de noviembre de mil novecientos noventa y siete en dos ejemplares uno en idioma portugués y el otro en idioma español siendo ambos textos igualmente válidos y auténticos.


POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA FEDERATIVA DE BRASIL


POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA DE COLOMBIA

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

AGREEMENT ON JUDICIAL COOPERATION AND MUTUAL ASSISTANCE IN CRIMINAL MATTERS BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE REPUBLIC OF COLOMBIA

The Federative Republic of Brazil and the Republic of Colombia, hereinafter referred to as the Parties;

Considering the ties of friendship and cooperation uniting them as neighbouring countries;

Considering that the fight against crime calls for joint action by States;

Recognizing that the fight against crime is a shared responsibility of the international community;

Aware of the need to strengthen mechanisms for judicial cooperation and mutual assistance to prevent an increase in criminal activities;

Wishing to take joint action to prevent, control and suppress crime in all its manifestations through coordinated activities and specific programmes;

Respecting their constitutional, legal and administrative norms, as well as the principles of international law, especially sovereignty, territorial integrity and non-intervention and taking into consideration the recommendations of the United Nations on the subject;

Agreed as follows:

CHAPTER I. GENERAL PROVISIONS

Article 1. Scope of application

1. The purpose of this Agreement is to provide for mutual judicial assistance in criminal matters between the competent authorities of the Parties.

2. The Parties shall assist each other, in accordance with the provisions of this Agreement and in strict compliance with their respective legal regimes, in investigating crimes and cooperate in legal proceedings relating to criminal matters.

3. This Agreement shall not empower authorities or individuals of the requesting Party to carry out, in the territory of the requested Party, functions which under the domestic law of the latter are reserved for its authorities, except in the case provided for in article 13, paragraph 3.

4. This Agreement does not apply to:

(a) The detention of persons with a view to their extradition, or requests for extradition;

(b) The transfer of convicted persons to serve sentences;

(c) Assistance to individuals or third States.

Article 2. Types of assistance

Assistance shall include:

- (a) Service of process;
- (b) Receipt and production or taking of evidence, such as testimonies and statements, expert opinions and examinations of persons, property and places;
- (c) Location and identification of persons;
- (d) Notification of persons and experts to appear voluntarily to give statements or testimony in the requesting Party;
- (e) Transfer of persons in custody to appear as witnesses in the requesting Party or for other purposes expressly indicated in the request, in accordance with this Agreement;
- (f) Precautionary measures in respect of property;
- (g) Compliance with other requests concerning property, including the possible final transfer of the value of confiscated property;
- (h) Provision of documents and other evidentiary items;
- (i) Confiscation and seizure of property for the purposes of compensation and fines imposed as a result of a decision in a criminal proceeding;
- (j) Any other form of assistance in accordance with the purposes of this Agreement, provided that it is not incompatible with the laws of the requested State.

Article 3. Central Authorities

1. Each Party shall designate the Central Authority responsible for submitting and receiving the requests referred to in this Agreement.
2. The Central Authorities shall communicate directly with each other for that purpose and shall transmit requests to their competent authorities.
3. The Central Authority for the Federative Republic of Brazil shall be the Ministry of Justice. In relation to requests for assistance sent to Colombia, the Central Authority shall be the Office of the Public Prosecutor; in relation to requests for judicial assistance made by Colombia, the Central Authority shall be the Office of the Public Prosecutor or the Ministry of Justice and Law.

Article 4. Competent authorities for requests for assistance

Requests transmitted by a Central Authority in accordance with this Agreement shall be based on requests for assistance from competent authorities of the requesting Party responsible for the prosecution or investigation of crimes.

Article 5. Refusal of assistance

1. The requested Party may refuse to assist if:
 - (a) The request refers to an offence which is characterized as such under military law but not under ordinary criminal law;
 - (b) The request refers to an offence which is regarded by the requested Party as being of a political nature or related to politics and undertaken for political purposes;
 - (c) The person in respect of whom the measure is being requested has been acquitted or has served his sentence in the requested Party for the offence mentioned in the request. This provision may not, however, be invoked to refuse assistance with regard to other persons sought;
 - (d) Execution of the request would prejudice the security, public order or other essential interests of the requested Party;
 - (e) The request for assistance is contrary to the legal regime of the requested Party or is not in conformity with the provisions of this Agreement.
2. If the requested Party refuses to assist, it shall inform the requesting Party through its Central Authority, stating its reasons for so doing, without prejudice to the provisions of article 12 (b).
3. The competent authority of the requested Party may refuse, impose conditions on or defer execution of the request if it considers that such execution would interfere with criminal proceedings under way in its territory. The requested Party shall consult the requesting Party, through the Central Authorities, about these conditions. If the requesting Party accepts the conditions attached to the assistance, the request shall be executed in the manner proposed.

CHAPTER II. EXECUTION OF REQUESTS

Article 6. Form and content of requests

- I. Requests for assistance shall be made in writing.
2. If the request is sent by telex, facsimile, electronic mail or other equivalent means it must be confirmed by an original document signed by the requesting Party within 30 days following its formulation, as undertaken in the initial request.
3. Requests shall include the following:
 - (a) The name of the competent authority of the requesting Party;
 - (b) A description of the matter and nature of the judicial proceedings, including the offences to which they relate;
 - (c) A description of the measures of assistance sought;
 - (d) The reasons why such measures are sought;
 - (e) The text of the applicable legislation;
 - (f) The names of the persons subject to prosecution, if known;

- (g) The deadline by which the requesting Party would like the request to be met.
4. Where necessary, and to the extent possible, the request shall also include:
- (a) The names and addresses of persons being requested to testify;
 - (b) The names and addresses of persons to be served and their relationship to the proceedings;
 - (c) The name and whereabouts of the persons to be located;
 - (d) A precise description of the site to be searched and the name of the person being investigated, as well as the property subject to a precautionary measure or confiscation;
 - (e) The text of the questions to be posed in the taking of testimonial evidence in the requested Party and a description of how any testimony or statement is to be taken and recorded;
 - (f) A description of any special measures or procedures by which the request is to be executed;
 - (g) Information on the payment of the expenses incurred by the person whom the requested Party is asked to make available;
 - (h) Where necessary and appropriate, the names of the authorities of the requesting Party who will take part in the proceedings conducted in the requested Party;
 - (i) Any other information that may be helpful to the requested Party for the purpose of executing the request.
5. Requests shall be written in the language of the requesting Party and accompanied by a translation in the language of the requested Party.

Article 7. Applicable law

1. Requests shall be executed in accordance with the law of the requested Party and in conformity with the provisions of this Agreement.
2. At the request of the requesting Party, the requested Party shall provide the assistance in accordance with any special measures or procedures indicated in the request, unless they are incompatible with its domestic laws.

Article 8. Confidentiality and limitations on the use of information

1. The requested Party shall keep the request for judicial assistance confidential unless its disclosure is necessary for the execution of the request.
2. If it is necessary to waive the confidentiality requirement in order to execute the request, the requested Party shall seek the requesting Party's approval, in writing, failing which the request shall not be executed.
3. The competent authority of the requested State may request that information or evidence obtained by virtue of this Agreement be kept confidential, in accordance with such conditions as it may specify. In this case, the requesting Party shall observe such conditions. Should it be unable to accept them, it shall so inform the requested State, which shall decide accordingly on the request for cooperation.

4. The requesting Party may not, without the prior consent of the requested Party, use information or evidence obtained by virtue of this Agreement for purposes other than those of the investigation or proceeding indicated in the request.

Article 9. Information on the processing of requests

1. At the request of the Central Authority of the requesting Party, the Central Authority of the requested Party shall provide information, within a reasonable period, on the processing of the request.

2. The Central Authority of the requested Party shall promptly inform the Central Authority of the requesting Party of the outcome of the execution of the request and shall provide it with all the information and evidence obtained.

3. If the request cannot be executed in whole or in part, the Central Authority of the requested Party shall so inform the Central Authority of the requesting Party immediately and shall state the reasons why the request could not be executed.

4. Reports shall be written in the language of the requested Party.

Article 10. Expenses

The requested Party shall pay the costs of executing the request. The requesting Party shall pay the expenses and fees for experts, translations and transcriptions, extraordinary expenses resulting from the use of special means or procedures and the travel expenses of the persons mentioned in articles 14 and 15.

CHAPTER III. TYPES OF ASSISTANCE

Article 11. Service of process

1. The Central Authority of the requesting Party shall transmit requests for service of summonses to appear before the competent authority of the requesting Party reasonably far in advance of the date scheduled for such appearance.

2. If the summons is not served, the competent authority of the requesting Party shall be informed, through the Central Authorities, of the reasons why service could not be effected.

Article 12. Provision and return of official documents

1. At the request of the competent authority of the requesting Party, the competent authority of the requested Party, through the Central Authorities:

(a) Shall provide copies of official documents, records and information open to public access;

(b) May provide copies of documents and information not open to public access, on the same conditions as such documents would be provided to its own authorities. If the as-

sistance referred to in this paragraph is refused, the competent authority of the requested Party shall not be obligated to disclose the reasons for the refusal.

2. Documents or property provided in compliance with the request for judicial assistance shall be returned by the competent authority of the requesting Party at the request of the requested Party.

Article 13. Assistance in the requested party

1. Any person who is in the territory of the requested Party and who is asked to provide testimony or to present documents, records, or items of evidence under this Agreement shall appear, in conformity with the laws of the requested Party, before the competent authority.

2. The requested Party shall inform the person, sufficiently far in advance, of the place and date on which the testimony, or the aforementioned documents, records or items of evidence will be received. Where necessary, the competent authorities shall consult each other, through the Central Authorities, with a view to setting a date which is convenient for the competent authorities of the requesting and requested Parties.

3. The requested Party shall authorize, under its direction, the presence of the authorities indicated in the request while the cooperation measures are being carried out, and shall allow the formulation of questions, if this is not contrary to its legislation. The interview shall take place according to the procedures established by the laws of the requested Party.

4. If the person referred to in paragraph 1 claims immunity, privilege or incapacity under the laws of the requested Party, the issue shall be settled by the competent authority of the requested Party prior to the execution of the request, and the outcome shall be communicated to the requesting Party through the Central Authority.

5. Documents, records and items of evidence provided by declarants or obtained as a result of or during their statements shall be provided to the requesting Party together with the statements.

Article 14. Assistance in the requesting Party

1. If the requesting Party requests the presence of a person in its territory to give testimony or to provide information or make a statement, the requested Party shall invite the declarant or expert to appear before the competent authority of the requesting Party.

2. The competent authority of the requested Party shall record in writing the consent of a person whose presence is requested in the requesting Party and shall immediately communicate the reply to the Central Authority of the requesting Party.

3. In submitting a request for appearance, the Central Authority of the requesting Party shall indicate the travel and subsistence expenses payable by the latter.

Article 15. Appearance of persons in custody

1. Where the requesting Party requests the appearance in its territory of a person who is in custody in the territory of the requested Party, the latter shall transfer the person in cus-

tody to the territory of the requesting Party, providing that there are no compelling reasons to refuse transfer and the person in custody consents.

2. Such transfer shall be refused if, in the view of the competent authority of the requested Party, the circumstances of the case render the transfer inadvisable, such as when:

(a) The presence of the person in custody is necessary for a criminal proceeding in progress in the territory of the requested Party;

(b) The transfer may result in the prolongation of pre-trial detention.

3. The requesting Party shall hold the person transferred in custody and shall return the person to the requested Party within the period specified by the latter.

4. The time during which the person is outside the territory of the requested Party shall count as part of his or her pre-trial detention or sentence.

5. Where the sentence being served by the person transferred pursuant to the provisions of this article expires, and while the person is in the territory of the requesting Party, the person shall be released and will thereafter no longer be treated as a person in custody for the purposes of this Agreement.

6. A person in custody who does not consent to make statements pursuant to this article shall not, on that ground, be liable to any penalty or be subjected to any coercive measure.

7. If one Party requests the other, under this Agreement, to transfer one of its nationals and its constitution prohibits the handing over of its nationals under any circumstances, it shall inform the other Party of the content of such provisions and the latter shall decide on the propriety of the request.

Article 16. Temporary guarantee

1. The appearance of a person who consents to make a statement or give testimony under the provisions of articles 14 and 15, shall be contingent upon the provision, by the requesting Party, of a temporary guarantee that it will not, while the person is in its territory:

(a) Detain or prosecute the person for offences that preceded the departure of that person from the territory of the requested Party;

(b) Summon the person to appear or to give testimony in a proceeding other than the one to which the request relates.

2. Such temporary guarantee shall cease if the person voluntarily remains in the territory of the requesting Party for more than 10 days after that State has informed the requested Party that it no longer requires the presence of that person.

Article 17. Precautionary measures

1. The competent authority of the requested Party shall execute a request for cooperation with regard to a precautionary measure if the request contains sufficient information to justify execution of the measure requested. That measure shall be subject to the procedural and substantive law of the requested State.

2. Where a Party is aware of the existence of the instruments, object or proceeds of a crime in the territory of the other, which might be subject to precautionary measures under the legislation of that Party, it shall so inform the Central Authority of that State. The latter shall transmit the information received to its competent authorities with a view to determining what measures to adopt in that regard. Those authorities shall act in accordance with the laws of their country, and shall inform the other Party, through the Central Authorities, of any measures adopted.

3. The requested Party shall take decisions, according to its laws, on any request concerning the protection of the rights of third parties to the property to which the measures referred to in the preceding paragraphs relate.

4. A request submitted under this article shall include:

- (a) A copy of the decision relating to the precautionary measure;
- (b) A summary of the facts of the case, including a description of the offence where and when it was committed and references to the relevant legal provisions;
- (c) If possible, a description of the property in respect of which the measure is to be implemented, its commercial value and its relation to the person against whom proceedings have been instituted;
- (d) An estimate of the amount to which the precautionary measures is to be applied and the basis for the calculation of this amount.

5. The competent authorities of each Party shall promptly inform each other of any application filed or decision taken with respect to the precautionary measure requested or implemented.

6. The competent authority of the requested Party may impose terms limiting the duration of the requested measure, and shall promptly notify the competent authority of the requesting Party and explain its reasons.

Article 18. Other cooperation measures

1. The Parties, in accordance with their domestic laws, may cooperate with each other in applying definitive measures to property linked to the commission of an offence in either of the Parties.

2. The Parties may enter into agreements in that regard.

Article 19. Custody and disposal of property

The Party which has in its custody the instruments, object or proceeds of a crime shall dispose of them in accordance with the provisions of its domestic law. Insofar as its laws so permit, and on such terms as may be deemed appropriate, the said Party may share with the other any confiscated property or the proceeds from the sale thereof.

Article 20. Liability

1. Liability for any damages resulting from acts of their authorities in the execution of this Agreement shall be governed by the domestic laws of each Party.
2. Neither Party shall be held liable for any damages resulting from acts of the authorities of the other Party in formulating or executing a request in accordance with this Agreement.

Article 21. Authentication of documents and certificates

Documents originating in one of the Parties which are submitted in the territory of the other Party and which are processed through the Central Authorities shall not require authentication or any other similar formality.

Article 22. Settlement of disputes

1. Any dispute arising from a request shall be settled by means of consultation between the Central Authorities.
2. Any dispute arising between the Parties in relation to the interpretation or application of this Agreement shall be settled by means of consultation between the Parties through the diplomatic channel.

CHAPTER IV. FINAL PROVISIONS

*Article 23. Compatibility with other treaties, agreements
or other forms of cooperation*

1. The assistance provided for in this Convention shall not prevent either Party from providing assistance to the other under the provisions of other international instruments in force between them.
2. This Agreement shall not prevent the Parties from developing other forms of cooperation in accordance with their respective legal regimes.

This Agreement shall enter into force on the date on which the Parties exchange the instruments of ratification.

Either Party may denounce this Agreement at any time by means of a diplomatic note, which shall take effect six (6) months after the date on which it is received by the other Party. Such denunciation shall not affect requests for assistance already being processed.

DONE at Cartagena de Indias on 7 November 1997 in two originals, one in Portuguese and the other in Spanish, both texts being equally valid and authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

IRIS REZENDE
Minister of Justice

For the Government of the Republic of Colombia:

ALMABEATRIZ RENGIFO LOPEZ
Minister of Justice

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION ET D'ENTRAIDE JUDICIAIRE EN MATIÈRE
PÉNALE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA RÉPUBLIQUE DE COLOMBIE

La République fédérative du Brésil et la République de Colombie, ci après dénommées " les Parties ",

Considérant les liens d'amitié et de coopération qui les unissent en tant que pays voisins;

Convaincus que la lutte contre la criminalité exige une action commune des deux États

Reconnaissant que la lutte contre la criminalité relève de la responsabilité collective de la communauté internationale;

Conscients qu'il est nécessaire de renforcer les mécanismes de coopération et d'entraide judiciaires en vue de prévenir le développement des activités délictueuses;

Désirant mener des actions communes de prévention, de contrôle et de répression de la criminalité sous toutes ses formes en coordonnant et en exécutant des programmes concrets;

Respectueux des règles constitutionnelles, juridiques et administratives de leurs États ainsi que des principes du droit international, en particulier de la souveraineté, de l'intégrité territoriale et de la non intervention, et compte tenu des recommandations des Nations Unies en la matière;

Conviennent comme suit :

CHAPITRE PREMIER. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article premier. Champ d'application

1. Le présent Accord a pour objet l'entraide judiciaire en matière pénale des autorités compétentes des Parties.

2. Les Parties s'entraident, en conformité avec les dispositions du présent Accord et dans le respect strict de leur ordre juridique respectif, aux fins des enquêtes relatives à des actes délictueux, de l'instruction des affaires et des poursuites en matière pénale.

3. Le présent Accord n'autorise pas les autorités ou les particuliers de la Partie requérante à exercer, sur le territoire de la Partie requise, des fonctions qui, aux termes de la législation interne, sont réservées aux autorités de celle ci, sauf dans le cas prévu au paragraphe 3 de l'article 13.

4. Le présent Accord ne s'applique pas à :

- a) La détention des personnes aux fins de leur extradition, ni aux requêtes en extradition;
- b) Le transfèrement des personnes condamnées pour qu'elles purgent une condamnation pénale;
- c) L'assistance à des particuliers ou à des États tiers.

Article 2. Portée de l'entraide

L'entraide comprend :

- a) La signification d'actes de procédure;
- b) La recherche et l'obtention ou la collecte d'éléments de preuve tels que témoignages et dépositions, expertises et contrôle de personnes, de biens et de lieux;
- c) La localisation et l'identification de personnes;
- d) La citation de personnes et d'experts à comparaître volontairement afin de déposer ou de témoigner dans le for de la Partie requérante;
- e) Le transfèrement de personnes détenues aux fins de rendre témoignage dans le for de la Partie requérante ou à d'autres fins expressément mentionnées dans la requête, en conformité avec le présent Accord;
- f) Les mesures conservatoires relatives aux biens;
- g) L'exécution d'autres requêtes relatives aux biens, y compris le transfert éventuel de la contre valeur des biens confisqués à titre définitif;
- h) La remise de pièces et d'autres éléments de preuve;
- i) La saisie ou la mise sous séquestre de biens à titre de garantie du paiement d'indemnités ou d'amendes aux termes d'une décision de justice pénale;
- j) Toute autre forme d'aide conforme aux fins du présent Accord, sous réserve qu'elle ne soit pas incompatible avec la législation de l'État requis.

Article 3. Autorités centrales

1. Chacune des Parties désigne une Autorité centrale chargée de présenter et de recevoir les requêtes qui sont l'objet du présent Accord.
2. Pour ce faire, les Autorités centrales communiquent directement entre elles et transmettent les requêtes à leurs autorités compétentes.
3. L'Autorité centrale pour la République fédérative du Brésil est le Ministère de la justice. S'agissant des requêtes d'entraide adressées à la Colombie, l'Autorité centrale est le Procureur général de la Nation; s'agissant des requêtes d'entraide émanant de la Colombie, l'Autorité centrale est le Procureur général de la Nation ou le Ministère de la justice et du droit.

Article 4. Autorités compétentes pour les requêtes d'entraide

Les requêtes transmises par une Autorité centrale en conformité avec le présent Accord se fondent sur les demandes d'assistance émanant des autorités compétentes de la Partie requérante qui sont chargées des poursuites pénales ou de l'instruction des affaires pénales.

Article 5. Refus de l'entraide

1. La Partie requise peut refuser l'entraide lorsque :
 - a) La requête d'entraide judiciaire se réfère à un délit caractérisé dans la législation militaire mais non dans la législation pénale de droit commun;
 - b) La requête se réfère à un délit qui, dans le for de la Partie requise, constitue un délit politique ou assimilé, et qui a été commis à des fins politiques;
 - c) L'individu en rapport avec lequel la mesure est requise a été exonéré en dernière instance de toute responsabilité pénale ou a purgé sa peine pour le délit dont il est question dans la requête. Toutefois, cette disposition ne peut être invoquée à l'égard des tiers;
 - d) L'exécution de la requête serait contraire à la sûreté, à l'ordre public ou à d'autres intérêts essentiels de la Partie requise;
 - e) La requête est contraire à l'ordre juridique de la Partie requise ou n'est pas conforme aux dispositions du présent Accord.
2. Si la Partie requise refuse l'entraide, elle doit en informer la Partie requérante par l'entremise de son Autorité centrale, en précisant les motifs sur lesquels elle se fonde, sans préjudice des dispositions de l'alinéa b) de l'article 12.
3. L'autorité compétente de la Partie requise peut refuser, assortir de conditions ou différer l'exécution de la requête lorsqu'elle considère que cette requête fait obstacle à une procédure pénale en cours dans son territoire. En ce qui concerne lesdites conditions, la partie requise consulte la Partie requérante par l'entremise des Autorités centrales. Si la Partie requérante accepte l'entraide sous conditions, la requête est exécutée de la façon proposée.

CHAPITRE II. EXÉCUTION DES REQUÊTES

Article 6. Forme et teneur de la requête

1. La requête aux fins de l'entraide judiciaire doit être présentée par écrit.
2. La requête est acheminée par téléimprimeur, par télécopie, par courrier électronique ou par un autre moyen équivalent, et elle doit être confirmée par une pièce originale signée par la Partie requérante dans un délai de 30 jours après sa présentation, en conformité avec les dispositions des présentes.
3. La requête doit contenir les mentions suivantes :
 - a) Identité de l'autorité compétente de la Partie requérante;
 - b) Description de l'affaire et nature de la procédure judiciaire, y compris les délits auxquelles elle se rapporte;
 - c) Description des mesures d'entraide requises;
 - d) Motifs des mesures requises;
 - e) Texte de la législation applicable;
 - f) Identité des personnes faisant l'objet de la procédure judiciaire, si elles sont connues;
 - g) Délai dans lequel la Partie requérante souhaite que la requête soit exécutée.

4. Si besoin et dans la mesure du possible, la requête doit aussi contenir les éléments suivants :

a) Renseignements relatifs à l'identité et au domicile des personnes dont le témoignage est recherché;

b) Identité et domicile des personnes à notifier, et indication de leur relation avec la procédure;

c) Renseignements relatifs à l'identité et aux coordonnées des personnes à localiser;

d) Description exacte des lieux à perquisitionner et de l'identité de la personne à l'examen, ainsi que des biens visés par une mesure conservatoire ou de confiscation;

e) Texte de l'interrogatoire concernant les éléments de preuve à recueillir dans le for de la Partie requise, ainsi que description de la façon dont doit être effectué et enregistré tout témoignage ou déposition;

f) Le cas échéant, description de la forme et des procédures particulières pour l'exécution de la requête;

g) Renseignements relatifs au paiement des indemnités dues à la personne dont la présence est demandée à la Partie requise;

h) Le cas échéant et si besoin, désignation des autorités de la Partie requérante qui doivent participer au déroulement de la procédure dans le for de la Partie requise;

i) Tout autre renseignement utile à la Partie requise pour faciliter l'exécution de la requête.

5. Les requêtes d'entraide judiciaire doivent être rédigées dans la langue de la Partie requérante et être accompagnées d'une traduction dans la langue de la Partie requise.

Article 7. Droit applicable

1. Les requêtes sont exécutées selon la législation de la Partie requise et en conformité avec les dispositions du présent Accord.

2. À la demande de la Partie requérante, la Partie requise fournit l'entraide selon les formes et les procédures particulières prévues dans la requête, à moins que celles-ci soient incompatibles avec sa législation interne.

Article 8. Confidentialité des renseignements et restrictions quant à leur emploi

1. La Partie requise préserve le caractère confidentiel de la requête d'entraide judiciaire, à moins que la levée du secret ne soit nécessaire à son exécution.

2. Si l'exécution de la requête exige la levée du secret, la Partie requise demande par écrit à la Partie requérante de donner son assentiment, faute duquel la requête n'est pas exécutée.

3. L'autorité compétente de la Partie requise peut demander que les renseignements ou les éléments de preuves obtenus en application du présent Accord soient tenus confidentiels en conformité avec les conditions spécifiées par ladite autorité compétente. La Partie requé-

rante doit alors respecter lesdites conditions. Si elle ne peut les accepter, elle en informe la Partie requise, qui statue sur la requête d'entraide.

4. Sauf autorisation préalable de la Partie requise, la Partie requérante ne peut employer les renseignements ou les éléments de preuves obtenus en application du présent Accord qu'aux fins de l'instruction, de l'enquête ou des poursuites mentionnées dans la requête.

Article 9. Comptes rendus relatifs à l'exécution de la requête

1. À la demande de l'Autorité centrale de la Partie requérante, l'Autorité centrale de la Partie requise rend compte dans un délai raisonnable du déroulement de l'exécution de la requête.

2. L'Autorité centrale de la Partie requise rend compte rapidement à l'Autorité centrale de la Partie requérante du résultat de l'exécution de la requête et lui remet tous les renseignements et les éléments de preuve recueillis.

3. Quand il n'est pas possible d'exécuter la requête en tout ou en partie, l'Autorité centrale de la Partie requise en rend compte immédiatement l'Autorité centrale de la Partie requérante en précisant les raisons pour lesquelles l'exécution n'a pas été possible.

4. Les comptes rendus sont rédigés dans la langue de la Partie requise.

Article 10. Frais

La Partie requise prend en charge les frais exposés pour instruire et exécuter la requête. La Partie requérant prend en charge les frais et honoraires des experts, le coût des traductions et transcriptions, les dépenses extraordinaires résultant du respect de formes ou de procédures particulières, ainsi que les frais de déplacement des personnes dont il est question aux articles 14 et 15.

CHAPITRE III. DES FORMES DE L'ENTRAIDE

Article 11. Significations

1. L'Autorité centrale de la Partie requérante doit transmettre toute requête aux fins de signifier à une personne une citation à comparaître devant l'autorité compétente de la Partie requérante dans un délai raisonnable avant la date prévue pour la comparution.

2. Si la citation n'est pas signifiée, les raisons de l'empêchement sont portées à la connaissance de l'autorité compétente de la Partie requérante par l'intermédiaire des Autorités centrales.

Article 12. Remise et restitution de pièces officielles

1. À la demande de l'autorité compétente de la Partie requérante, l'autorité compétente de la Partie requise, agissant par l'entremise des Autorités centrales :

a) Remet copie des pièces officielles, registres et actes accessibles au public;

b) Peut remettre copie de pièces et actes non accessibles au public, dans les mêmes conditions que ces pièces seraient mises à la disposition de ses propres autorités. Si l'entraide prévue au présent paragraphe est refusée, l'autorité compétente de la Partie requise n'est pas tenue de motiver son refus.

2. Les pièces ou objets qui sont remis en exécution d'une requête d'entraide judiciaire doivent être restitués par l'autorité compétente de la Partie requérante, à la demande de la Partie requise.

Article 13. Entraide dans le for de la Partie requise

1. Toute personne qui, se trouvant dans le territoire de la Partie requise, est citée à déposer en qualité de témoin ou sommée de présenter des pièces, actes ou éléments de preuve en vertu du présent Accord, doit comparaître devant l'autorité compétente en conformité avec la législation de la Partie requise.

2. La Partie requise communique avec un préavis suffisant le lieu et la date où seront reçus la déposition du témoin ou les pièces, actes ou éléments de preuve susmentionnés. Les autorités compétentes se concertent en tant que de besoin, par l'entremise des Autorités centrales, afin de fixer une date qui convienne aux autorités compétentes de la Partie requérante et de la Partie requise.

3. La Partie requise autorise à sa discrétion les autorités mentionnées dans la requête à assister à l'exécution des activités d'entraide et elle leur permet de poser des questions si sa législation ne s'y oppose pas. L'audition se déroule en conformité avec les règles de procédure prévues par la législation de la Partie requise.

4. Si la personne dont il est question au paragraphe 1 invoque une immunité, un privilège ou une incapacité aux termes de la législation de la Partie requise, l'autorité compétente de la Partie requise statue sur l'exception avant l'exécution de la requête et communique sa décision à la Partie requérante par l'entremise de l'Autorité centrale.

5. Les pièces, actes et éléments de preuve remis par les déclarants ou obtenus à l'occasion ou en conséquence de leur déposition sont remis à la Partie requérante avec la déposition.

Article 14. Entraide dans le for de la Partie requérante

1. Quand la Partie requérante requiert la présence d'une personne dans son territoire aux fins de témoigner, de fournir des renseignements ou de déposer, la Partie requise invite le déclarant ou l'expert à comparaître devant l'autorité compétente de la Partie requérante.

2. L'autorité compétente de la Partie requise prend acte par écrit du consentement de la personne dont la présence est requise dans le territoire de la Partie requérante et elle communique la réponse sans délai à l'Autorité centrale de la Partie requérante.

3. En requérant la comparution, l'Autorité centrale de la Partie requérante indique les frais de déplacement et de séjour qu'elle prend en charge.

Article 15. Comparution de personnes détenues

1. Si la Partie requérante demande la comparution dans son territoire d'une personne qui est détenue dans le territoire de la Partie requise, cette dernière transfère la personne détenue dans le territoire de la Partie requérante après s'être assurée qu'aucun motif grave ne s'oppose au transfèrement et que la personne détenue y consent.

2. Le transfèrement est refusé quand, au vu des circonstances de l'espèce, l'autorité compétente de la Partie requise considère que le transfèrement serait inopportun, en particulier lorsque :

a) La présence de la personne détenue est nécessaire au déroulement d'une procédure pénale en cours dans le territoire de la Partie requise;

b) Le transfèrement pourrait entraîner la prolongation de la détention préventive.

3. La Partie requérante doit maintenir la personne transférée en détention et la rendre à la garde de la Partie requise dans le délai fixé par celle-ci, et en tout cas dès que sa présence n'est plus nécessaire.

4. La durée du séjour hors du territoire de la Partie requise est prise en compte dans le calcul de la détention préventive ou de la durée de la peine.

5. Lorsque la Partie requise informe la Partie requérante que la personne transférée n'est plus astreinte à détention, cette personne doit être élargie et admise au régime prévu dans le présent Accord pour les personnes libres.

6. La personne détenue qui ne consent pas à rendre témoignage aux termes du présent article ne peut faire l'objet, de ce fait, d'aucune sanction ou mesure de contrainte.

7. Quand une partie demande à l'autre, en conformité avec le présent Accord, le transfèrement d'une personne ayant la nationalité de la Partie requise et que la Constitution de celle-ci interdit la remise, à quelque titre que ce soit, d'une personne qui possède cette nationalité, la Partie requise doit porter la teneur de ces dispositions à l'attention de l'autre Partie, qui réexamine l'opportunité de la requête.

Article 16. Sauf conduit

1. La comparution de toute personne qui consent à déposer ou à témoigner comme en disposent les articles 14 et 15 est assujéti à la condition que la Partie requérante délivre un sauf conduit garantissant que cette personne ne peut, alors qu'elle se trouve dans le territoire de la Partie requérante :

a) Être détenue ou jugée pour aucun délit antérieur à son départ du territoire de la Partie requise;

b) Ni être citée à comparaître ou à témoigner dans toute action autre que celle mentionnée dans la requête.

2. Le sauf conduit cesse de s'appliquer si la personne continue volontairement de séjourner dans le territoire de la Partie requérante à l'expiration d'un délai de dix jours après que la Partie requise a été informée que la présence de ladite personne n'y est plus requise.

Article 17. Mesures conservatoires

1. L'autorité compétente de la Partie requise diligente la requête d'entraide aux fins de l'adoption d'une mesure conservatoire si ladite requête contient des renseignements suffisants pour justifier l'imposition de cette mesure. Ladite mesure est assujettie aux règles de procédure et au droit pénal de l'État requis.

2. Lorsqu'une Partie apprend qu'il existe dans le territoire de l'autre Partie des instruments, des objets ou des produits d'un délit qui pourraient faire l'objet de mesures conservatoires aux termes de la législation de cette Partie, elle en informe l'Autorité centrale de cet État. Cette Autorité centrale transmet les renseignements ainsi reçus à ses autorités compétentes aux fins de déterminer les mesures à prendre. Lesdites autorités agissent en conformité avec les lois de leur pays et communiquent les mesures adoptées à l'autre Partie par l'entremise des Autorités centrales.

3. La Partie requise statue en conformité avec sa législation sur toute requête relative à la protection des droits de tiers à l'endroit des biens qui sont l'objet des mesures prévues aux paragraphes antérieurs.

4. La requête à exécuter en application du présent article doit contenir :

- a) Une copie de la décision portant mesure conservatoire;
- b) Un résumé des faits de l'espèce, y compris une description du délit, la mention du lieu et du moment où le délit a été commis, et un renvoi aux dispositions légales pertinentes;
- c) Si possible, la description et la valeur marchande des biens à l'endroit desquels l'exécution de la mesure est requise, ainsi que le rapport entre ces biens et la personne contre laquelle l'action est engagée;
- d) Une estimation de la somme visée par la mesure conservatoire, avec mention des éléments pris en compte pour son calcul.

5. Les autorités compétentes de chacune des Parties rendent compte immédiatement de l'exercice de tout recours et de l'adoption de toute décision touchant la mesure conservatoire requise ou appliquée;

6. L'autorité compétente de la Partie requise peut limiter la durée de la mesure demandée et porte immédiatement cette durée à la connaissance de l'autorité compétente de la Partie requérante en motivant sa décision.

Article 18. Autres mesures d'entraide

1. Les Parties peuvent, en conformité avec leur législation interne, s'entraider aux fins de l'exécution de mesures définitives relatives aux biens liés à un délit commis dans le for de l'une ou l'autre des Parties.

2. Les Parties peuvent conclure des accords en la matière.

Article 19. Garde et disposition des biens

La Partie qui a la garde d'instruments, de l'objet ou de produits d'un délit dispose de ceux ci en conformité avec les dispositions de sa législation interne. Ladite Partie peut par-

tager avec l'autre les biens saisis ou le produit de leur vente comme en disposent ses lois et aux conditions jugées adéquates.

Article 20. Responsabilité

1. La responsabilité des dommages qui pourraient découler des actes accomplis par les autorités des Parties en exécution du présent Accord est régie par la législation interne de chaque Partie.

2. Aucune des Parties n'est responsable des dommages qui pourraient découler des actes accomplis par les autorités de l'autre Partie en rapport avec la présentation ou l'exécution d'une requête en conformité avec le présent Accord.

Article 21. Authentification des pièces et actes

Les pièces émanant de l'une des Parties, qui doivent être présentées dans le territoire de l'autre Partie par l'entremise des Autorités centrales, sont dispensées de toute authentification ou formalité analogue.

Article 22. Règlement des différends

1. Les Autorités centrales se concertent afin de régler tout différend s'élevant au sujet d'une requête d'entraide.

2. Les Parties se concertent par la voie diplomatique afin de régler tout différend qui s'élèverait entre elles en rapport avec l'interprétation ou l'application du présent Accord.

CHAPITRE IV. DISPOSITIONS FINALES

*Article 23. Compatibilité avec d'autres traités, accords
ou formes diverses d'entraide*

1. L'entraide prévue dans le présent Accord n'empêche pas les Parties de s'entraider aux termes des dispositions d'autres instruments internationaux en vigueur entre elles.

2. Le présent Accord n'empêche pas les Parties d'établir d'autres formes d'entraide en conformité avec leur ordre juridique respectif.

Le présent Accord entrera en vigueur dès que les Parties auront échangé les instruments de ratification.

Chacune des Parties peut dénoncer le présent Accord à tout moment par une note diplomatique qui prendra effet six mois après la date de sa réception par l'autre Partie. La dénonciation n'affecte pas les requêtes d'entraide en cours.

Signé à Carthagène des Indes le 7 novembre 1997 en deux exemplaires, l'un en portugais l'autre en espagnol, les deux textes faisant également foi et étant également authentiques.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :
Le Ministre de la Justice,
IRIS REZENDE

Pour le Gouvernement de la République de Colombie :
Le Ministre de la Justice,
ALMABEATRIZ RENGIFO LOPEZ

